

Apresentação

Vivemos uma época em que a profusão dos acontecimentos, estímulos e informações nos faz perceber um tempo acelerado e abreviado. O “tempo curto”, ou a “falta de tempo” pode nos acarretar um “tempo vazio”, um presente perpétuo, porque carente de possibilidade de recordação e de prospecção. Parece que não agimos, mas que somos “agidos pelo tempo”, pois é ele que sobre nós se impõe e nos determina.

Walter Benjamin há muito apontava como representativo da pobreza da experiência, o fato de que tantas coisas nos acontecem, mas não nos tocam. Apenas o “tempo artesanal”, um tempo construído através da narrativa, permite dar sentido às nossas experiências, o que significa realizar conexões entre passado, presente e futuro, e desta forma, reverter o domínio tempo-sujeito, para sujeito-tempo, nos tornando sujeitos não sujeitados.

Este “tempo mal-vivido”, pois “mal-pensado”, é o principal movente das preocupações dos autores do presente volume da Revista História e Ensino, por isso algumas palavras são recorrentes: identidade(s), temporalidade(s), narrativa(s), sujeito(s), memória(s), experiência(s), saber(es), sentido(s)... De variadas formas, por diversos temas, os artigos buscam pensar qual a qualidade que damos ao tempo, e assim construímos nossas experiências e identidades. Nada mais significativo, já que a Revista História e Ensino faz 15 anos de publicação. Em tal percurso, alguns elementos tornaram-se configuradores positivos da Revista História e Ensino: tiveram espaço em suas páginas tanto os pesquisadores mais experientes e renomados, quanto àqueles que, mesmo não sendo propriamente “iniciantes”, há menos tempo estavam construindo suas trajetórias profissionais, e, o público-leitor não se restringe aos sujeitos acadêmicos, incluindo todos os profissionais da história, isto é, todos aqueles envolvidos com o trabalho de significar o tempo, seja por intermédio da pesquisa, seja pelo ensino, ou por ambos.

O artigo “Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI” de Maria Auxiliadora Schmidt, explorando o referencial teórico de Jörn Rüsen, bem como de Peter Lee e Isabel Barca, compreende que a aprendizagem histórica ocorre quando o conhecimento histórico é internalizado (conscientizado) e se produz conhecimento sobre si (identidade) e sobre os outros (alteridade), através do entrecruzamento da “competência narrativa”, da “competência da experi-

ência” e da “competência de interpretação”, superando o discurso educacional dominante, do “aprender a aprender” como competência técnica.

No artigo “O ensino de História Regional nos anos iniciais da Educação Básica”, Elison Antonio Paim e Jussara Odete Correa tratam de como o conceito de “região” é concebido e trabalhado em sala de aula por professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para uma discussão que corre em dupla direção: sobre como se elabora a identidade em uma região onde predomina o mito dos colonizadores pioneiros, e, como esta é intermediada via ensino de história por professores que não são formados especificamente no curso de história.

Ernesta Zamboni em “Caminhos percorridos e outros... a descobrir e a percorrer”, rememora as motivações e finalidades dos professores que passaram a se reunir para discutir as pesquisas sobre o ensino de história, dando início ao Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, ao Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História e posteriormente, criando a Sociedade Brasileira de Ensino de História. A pesquisadora entende que traçar o percurso destes eventos, seria transversalisar a memória coletiva com a sua própria memória, em um processo de identificação.

Em “Memórias e práticas no ensino e pesquisa de história”, de Helenice Ciampi, novamente a memória é chamada através da narrativa – “A memória não se possui, mas se percorre” –, e com ela a operação de sentido da experiência. Partindo de Maurice Tardif e pela metodologia da História Oral, a autora busca apreender o que seriam os “saberes experienciais” dos professores, com quais outros saberes estes são articulados e como interferem na prática em sala de aula.

As autoras Júlia Helena Simões Moreira e Júnia Sales Pereira, no artigo “Do conteúdo à recepção: o guia do livro didático de história (2005/2008)”, mostram o funcionamento da elaboração do Guia do Livro Didático de História do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), organizado pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Mais do que isso, as autoras buscam os usos, as apreciações que os professores fazem deste Guia, destacando que os professores tem seus próprios critérios de seleção do livro didático de história, pautados em seus interesses, saberes e objetivos.

Em “Tempo histórico e cronologia: o conhecido e o ensinado por professoras dos anos iniciais”, Magda Madalena Tuma, problematiza as representações e as práticas de professores de história, no que diz respeito ao conceito de tempo. Sua

reflexão envolve um enquadramento teórico (Claude Lévi-Strauss, Norbert Elias, Jörn Rüsen, Fernand Braudel, Marc Bloch, etc.) posto em relação com os saberes que os professores de história mobilizam em sala de aula.

Marcos Silva no artigo “Cinema e ensino de história: propaganda e crítica em Outubro e O Triunfo da Vontade”, discute dois filmes, um relacionado à URSS stalinista e o outro à Alemanha nazista, no intuito de fornecer subsídios para o trabalho didático com a história. Sua maior contribuição é propor que a análise não se restrinja aos filmes em questão, considerando a circularidade de temas e fontes.

Margarida Maria Dias de Oliveira nos lembra em “O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural”, a necessidade tomar o ensino de história no nível da graduação como objeto de pesquisa. Para aventar tal tema, a autora recorre a sua memória/experiência para mostrar como implementou duas disciplinas acadêmicas, “Memória e Patrimônio Histórico” e “Arquivística Histórica” no curso de história da UFRN, considerando a indissociabilidade teoria e prática.

No texto “Livros didáticos de história: o passado sempre presente”, Maria Inês Sucupira Stamatto destaca a importância dos livros didáticos como objetos constituídos (pelas) e constituintes (das) disciplinas escolares. Traça a história do livro didático de história, com maior atenção ao Programa Nacional do Livro Didático nos últimos 15 anos. A autora analisa como alguns conceitos que entende que deveriam compor a tendência da Educação Histórica se apresentam em 32 coleções de livros didáticos de história, o que significa mapear as mudanças e permanências da história como disciplina escolar.

Maria Lima em “Escrever e pensar historicamente: recursos cognitivos envolvidos com a produção textual”, partindo da produção de textos dos alunos, fala-nos que o desenvolvimento da aprendizagem da língua escrita e a aprendizagem do conhecimento histórico são imbricados, na medida em que ambas implicam na ação sobre o outro (procedimento comunicativo) e sobre o mundo (procedimento cognitivo) e em que a narrativa escrita demanda algumas competências cognitivas relacionadas àquelas que dizem respeito ao conhecimento histórico.

Marlene Rosa Cainelli no artigo “A história ensinada no estágio supervisionado do curso de história: a aula expositiva como experiência narrativa”, investiga fontes históricas que costumam ser menosprezadas na pesquisa sobre o ensino de história: 15 relatórios de estágios e anotações referentes à supervisão de estágio,

elaborados entre 1980 e 2005. A autora sublinha que segundo o estagiário a aula expositiva seria fundamental para que o conteúdo histórico seja informado ao aluno, o que demonstra o modo como ele se auto-representa: como divulgador capacitado do conhecimento científico, diferente do professor-titular ou do livro didático, em geral, tidos como desatualizados e deficientes.

Sandra Regina Ferreira de Oliveira no artigo “Pontes, jabuticabeiras, princípios pedagógicos e ensino de história”, retoma o texto que apresentava no primeiro volume da Revista História e Ensino em 1995, intitulado “A interdisciplinaridade e o ensino de história”. Sandra compara princípios pedagógicos como interdisciplinaridade, conhecimento prévio e postura investigativa, que então eram por ela trabalhados na época, com suas perspectivas atuais. Assim, os itinerários históricos, desta Revista e dela própria, se justapõem em sua narrativa.

Finalizo lembrando que a Revista História e Ensino, – uma iniciativa do Laboratório de Ensino de História fundado em 1994 –, desde 1995 assumiu a tarefa de reunir artigos em que a história e seu ensino eram pensados e debatidos, associando sua construção identitária à reconfiguração de um campo de pesquisas. Nesta tarefa, os desafios – quase sempre os de ordem econômica – foram enfrentados por poucas pessoas, sem que fosse negligenciado o objetivo de vincular as reflexões sobre o ensino de história com os desafios que o tempo atual nos coloca e com as indagações que colocamos sobre ele.

Pro^a. Dr^a. Marcia Elisa Tete Ramos
Coordenadora do Laboratório de Ensino de história